



O ENSINO DE HISTÓRIA EM CONVERGÊNCIA: DISPUTAS E RESISTÊNCIAS EM  
TEMPOS DE CIBERESPAÇO E MOVIMENTOS CONSERVADORES

*HISTORY TEACHING IN CONVERGENCE: DISPUTES AND RESISTANCE IN  
TIMES OF CYBERSPACE AND CONSERVATIVE MOVEMENTS*

Raone Cassin Maia Ferreira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

raone\_phn@hotmail.com

**Resumo**

Este artigo propõe tecer reflexões sobre como professores de história tem buscado refletir sobre questões relativas à sua prática nos diferentes espaços de produção do conhecimento histórico, principalmente a partir da emergência de projetos de lei, narrativas conservadoras e práticas que tem produzido disputas pelo Ensino de História no Ciberespaço. Defendemos, portanto, a tese de que o Ensino de História se encontra em Convergência entre as mídias e as três esferas de produção do conhecimento histórico: a Escola, a Universidade e o Espaço Público.

**Palavras-chave:** ensino de história; ciberespaço; movimento conservador; convergência.

**Abstract**

This article proposes to reflect on how history teachers have sought to reflect on issues related to their practice in the different spaces of production of historical knowledge, mainly from the emergence of bills, conservative narratives and practices that have produced disputes for History Teaching in Cyberspace. We defend, therefore, the thesis that the Teaching of History is in Convergence between the media and the three spheres of production of historical knowledge: the School, the University and the Public.

**Key-words:** history teaching; cyberspace; conservative movement; convergence.

**1. Introdução**

As diversas transformações nos meios infocomunicacionais têm produzido novas relações de produção do conhecimento e informação nos últimos anos. O surgimento do Ciberespaço, espaço virtual que se propaga e se conecta em rede, intensificou um grande deslocamento dos meios tradicionais de produção do conhecimento para um mundo cada vez mais interconectado e globalmente acessível. A mudança provocada pela revolução tecnológica, mediada pela internet, provocou uma quebra de exclusividade dos meios de comunicação

tradicionais, também conhecidos como *mass-media* (mídias massivas), para os meios de comunicação mediados pela internet e por tecnologias sem fio, criando assim novos paradigmas e relações comunicacionais globais. As redes sociais hoje tornaram-se os principais meios de comunicação na atualidade, desdobrando-se em interconexões que se desenvolvem em âmbitos cada vez mais essenciais, conectando pessoas, corporações e diversos outros grupos em um espaço de disputa de narrativas, identidades e interesses. A dimensão da virtualidade torna-se, portanto, parte integrante das novas relações culturais presente no século XXI.

Observamos aqui uma mudança radical na retroalimentação de conteúdos de informação, trazendo o conflito entre dois sistemas de comunicação: massivo e o pós-massivo. Segundo Pierre Levy e André Lemos (2007) a estrutura massiva é formada pela indústria cultural clássica na qual a informação é controlada para as massas. No entanto, não quer dizer que esses receptores não se manifestem criticamente em relação aos conteúdos produzidos pelos sistemas massivos, mas essa definição recai no argumento de que as mídias utilizadas para distribuição de informação – a televisão, os jornais e o próprio rádio – não possuem uma interface, nem mesmo um espaço que permita ao consumidor argumentar, criticar, compartilhar ou mesmo produzir.

Por outro lado, as mídias pós-massivas, como é o caso das mídias distribuídas e produzidas para internet, permitem uma emissão livre, além de uma “personalização, o debate não mediado e a conversação livre” (LEMOS & LEVY, 2007: p. 26). Além disso, a emergência dos processos comunicativos pós-massivos também possibilitou novas formas de produção e circulação da opinião pública a partir de diversas narrativas midiáticas sem, no entanto, depender dos espaços gerados pelas mídias tradicionais. Esse processo circulatório a partir de suportes pós-massivos de comunicação de discursos e opiniões públicas na internet é o que Lemos e Lévy (2007) chamam de *Ciberdemocracia*.

“As funções pós-massivas, que caracterizam de forma hegemônica o ciberespaço e vão se expandir no futuro por sua característica eminentemente conversacional (bidirecional, interativa e aberta, planetária), implicam debates e conversas ou não mediadas, ou mediadas pelos agentes da conversação e assim não são mais controladas por centros editores de informações” (LEMOS & LÉVY, 2007: p. 70)

A internet hoje já é um processo de comunicação aberta, interativa e planetária amplificando e, ao mesmo tempo, criando diversos espaços de socialização da informação. Castells (2006) chama esse movimento interacionista da comunicação na internet de *Mass Self*

*Communication* (intercomunicação digital) como forma de comunicação massificada, mas experienciada e produzida na individualidade. Para o sociólogo espanhol, esse movimento está presente não apenas nos computadores, mas também nos celulares, hoje potencializado pelos smartphones. É nesse sentido que os veículos pós-massivos estabelecem a presença de vozes que, sem a popularização de acesso à internet, não poderiam ter acesso a veículos de comunicação massivos. Portanto, trata-se de fenômeno que “os movimentos sociais e os indivíduos em rebelião crítica comecem a agir sobre a grande mídia, a controlar as informações, a desmentí-las e até mesmo a produzi-las” (CASTELLS, 2006). São mudanças profundas nas práticas sociais e comunicacionais que tornaram os meios de comunicação abertos às intervenções e a disputas que qualquer indivíduo e movimento político possa se articular.

Ainda segundo Castells os novos sistemas de comunicação promovem “uma integração global de produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos” (CASTELLS, 2016: p. 62). O virtual promove não apenas novos meios de distribuição de informação, mas também novas maneiras de se produzir conteúdo, atraleadas a formas de se identificar e manifestar culturalmente dos indivíduos e grupos. São questões que ainda perpassam por formas conflituosas de embates que geram comunicação, mas também fragmentação, alienação e desinformação. São novas relações produzidas em curtos períodos de tempo que se desmancham em sentidos cada vez mais líquidos, tornando-nos vítimas da modernidade líquida (BAUMAN, 2001).

## **2. Escola, Universidade e Espaço Público em disputa**

A academia também é um lugar em que as tecnologias digitais têm encontrado um grande espaço de utilização. É cada vez mais comum a criação de revistas acadêmicas digitais, distribuição de e-books, de canais no YouTube produzidos por universidades e da utilização de redes sociais para popularização do conhecimento científico produzido no interior das universidades. Além disso, outro espaço de produção do conhecimento importante de ser citado é o que chamamos de espaço público digital. Trata-se das diversas mídias digitais que estão inseridas no ciberespaço e que podem ser acessadas por qualquer indivíduo, grupo ou corporação.

As mídias mediadas pela internet são hoje mecanismo de proliferação de opiniões,

ideias políticas e de disputas em vários campos do conhecimento. Dessa forma, estas três esferas – a Escola, a Universidade e o Espaço Público – estão diretamente relacionadas. São espaços que se articulam através das interfaces digitais do ciberespaço, o que evidência novas relações de poder sobre o conhecimento e a informação. A história e o seu ensino não estão desvinculados dessa relação. Novas problemáticas tem surgido nos últimos anos sobre o conhecimento histórico nos espaços digitais e suas diversas mídias. Disputas sobre currículo escolar, reformas educacionais e debates sobre linhas historiográficas são temas de constantes debates em redes sociais, blogs, podcast e canais no YouTube. O conhecimento histórico e, evidentemente, seu ensino encontram no ciberespaço um lugar de disputas e resistências.

Para compreendermos melhor as relações que citamos acima, podemos citar as disputas sobre a afirmação de que o Nazismo seria um movimento de esquerda<sup>1</sup>. Essa polêmica veio à tona no mês de agosto de 2017 por conta das manifestações de cunho racista do Klu Klux Klan na cidade de Charlottesville nos EUA que, nas redes sociais, serviram de motor para a publicação de um post do Movimento Brasil Livre (MBL)<sup>2</sup> no Facebook que ao todo contabilizaram 5.631 compartilhamentos. O post afirmava que o Nazismo foi um movimento de esquerda, baseado em conceitos simplórios sem documentação, fonte ou referência:

Este e outros posts de inúmeras páginas de extrema direita, potencializaram um debate nas redes sociais sobre um tema que academicamente nunca havia sido tratado. Tais debates se estenderam sob diversas mídias digitais, como a publicação do Canal “Coisa de Nerd”<sup>3</sup> que rebatiam os argumentos do youtuber Nando Moura<sup>4</sup>. O debate entre os dois youtubers geraram uma série de outras disputas narrativas. As discussões em torno desse tema também tomaram proporções para além dos espaços digitais, levando a própria embaixada alemã em Brasília a se posicionar em relação a polêmica ao afirmar que as narrativas produzidas por grupos conservadores possuem claro objetivo de reinterpretar o nazismo de acordo com seus interesses políticos:

"Há muitas pessoas que não sabem muito sobre o nazismo. E nós queremos informar.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-pos-verdade-o-nazismo-e-a-midia/>>>. Acesso em 15 de março de 2020..

<sup>2</sup> Movimento Brasil Livre teve um papel fundamental nas mobilizações que culminaram no processo de ruptura institucional em 2016 com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Trata-se de um movimento liberal com características conservadoras que tem alcançado nos últimos anos um status de poder nas redes sociais e nas diferentes esferas do poder legislativo.

<sup>3</sup> Disponível em: <<<https://www.facebook.com/watch/?v=1398100476906203>>> Acesso em 18 de março de 2020.

<sup>4</sup> Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=qsHTiR5Tbx8>>> Acesso em 16 de março de 2020.

Uma pessoa informada vai fazer de tudo para evitar uma volta do nazismo. Mas parece que há outros que têm um interesse político de reinterpretar o nazismo para encaixá-lo de acordo com seus objetivos imediatos. Esses grupos políticos fazem tentativas desonestas de mover a responsabilidade do holocausto para o colo de outros"<sup>5</sup>

Figura 1 - Meme publicado na página do MBL em 14/08/2017<sup>6</sup>

<b>NAZISMO</b>	<b>ESQUERDA</b>	<b>DIREITA</b>
ESTADO ABSOLUTO	ESTADO ABSOLUTO	ESTADO MÍNIMO
ANTI CAPITALISMO	ANTI CAPITALISMO	CAPITALISTA
ESTADO CONTROLA A ECONOMIA	ESTADO CONTROLA A ECONOMIA	LIVRE MERCADO
DESARMAMENTISTA	DESARMAMENTISTA	CIDADÃOS ARMADOS
DITADURA	DITADURA	DEMOCRACIA
CONTROLE DE IMPRENSA	CONTROLE DE IMPRENSA	LIBERDADE DE IMPRENSA
SEM LIBERDADE INDIVIDUAL	SEM LIBERDADE INDIVIDUAL	LIBERDADE INDIVIDUAL
EDUCAÇÃO DOUTRINADORA	EDUCAÇÃO DOUTRINADORA	EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA

A grande questão a ser analisada através destas duas redes sociais discutidas aqui (YouTube e Facebook) nos levam a problematizar os espaços digitais como lugares de expressão de opiniões, ideologias e perspectivas históricas por não historiadores. Dessa forma, a grande propagação dessas mídias nos apresenta novas relações entre a História, seu caráter de ensino e como estes novos meios conseguem potencializar problemáticas historiográficas e mesmo curriculares no ciberespaço. Tais questões nos levam a questionar como professores de história tem reagido as demandas sociais produzidas no Ciberespaço.

### 3. As pautas conservadoras na Educação e a questão religiosa

<sup>5</sup> Disponível em: << <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/debate-sobre-nazismo-de-esquerda-nao-e-honesto-diz-embaixador-alemao/>>> Acesso em 18 de março de 2020.

<sup>6</sup> Disponível em:

<<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/6590%2092917548188/?type=3&theater>>> Acesso em 05 de setembro de 2019. Este post foi recentemente apagado da página do movimento. Mas ressaltamos as informações aqui colocadas através do ultimo acesso em 2019.

Para compreendermos as disputas de poder nos espaços digitais, antes é preciso perceber a ascensão do fenômeno político conservador. É possível atrelarmos o fortalecimento do discurso conservador às manifestações de junho de 2013 (MELO, 2016) na medida em que se percebe que a direita participou ativamente das jornadas de junho, ainda que não tenha sido o momento mais poderoso desse movimento, afinal, em 2016 durante as manifestações pró-impeachment a direita conservadora alcançou o protagonismo e as vitórias de suas pautas. No entanto, é perceptível que a direita tenha adquirido grande notoriedade a partir do enfraquecimento do MPL (Movimento Passe Livre) em 2013, fato que pode ser exemplificado com a negação de grande parte dos manifestantes contra o MPL e posterior movimentação que culminou no hino nacional em frente a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)<sup>7</sup>. Esse fato simbólico nos traz a indagação de que direita estaríamos falando. Seria à direita liberal notavelmente representada pela oposição do PSDB enquanto partido que liderava essa frente? O que significa ser conservador?

Na atual conjuntura política (2020) o clima é de constante e persistente polarização. Essa polarização, por sua vez, já foi identificada entre a direita liberal (PSDB) e a esquerda petista (PT), principalmente durante o processo eleitoral em 2014. Vitorioso do processo eleitoral o Partido dos Trabalhadores assume novamente o governo em janeiro de 2015 e o que vimos ao longo desse ano foi uma crescente retroalimentação de conteúdos na internet que dinamizavam, mais uma vez, a dicotomia entre petistas e direitistas. Porém, observa-se que a partir de um crescente processo de alimentação de canais e página na internet, uma pauta começou a ser assumidamente representada pelo campo da direita e antipetista. Temas como aborto e relativização dos direitos das minorias começaram a tomar o cenário político.

É aqui que analisamos a pauta conservadora. O que se evidencia é que a presença cada vez maior de evangélicos na política é um sintoma do avanço do conservadorismo na máquina pública brasileira. Fato que ao analisarmos os componentes da bancada evangélica na legislatura de 2015 à 2018 eram de 78 deputados no final do mandato, número que aumentou para 91 após as eleições de 2018<sup>8</sup>. Segundo Almeida (2017) essa base parlamentar evangélica tem tido uma atuação muito importante em relação às pautas morais dentro do Congresso Nacional e

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>>> Acesso em 18 de março de 2020.

<sup>8</sup> Disponível em: <<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>>> Acesso em 18 de março de 2020.

representam grande parcela da população mais pobre que encontra nas religiões pentecostais grande parte de sua vivência, em contraponto á pobreza e a violência nas comunidades mais pobres.

Dessa forma, percebemos que a religião assume um papel preponderante na ampliação e convergência das pautas conservadoras. Não se trata de protagonismo puro e simples das narrativas que compõem o discurso conservador, mas sim de uma parte fundamental do processo de construção dos sentidos amplos do movimento. E não apenas os evangélicos, mas também os católicos mais tradicionalistas e de percepção contrária a Teologia da Libertação – linha teológica baseada na luta de classes e amplamente desenvolvida nas comunidades eclesiais de base da década de 1970 e 1980. A religião é, portanto, parte importante da construção das pautas conservadoras e de sua atuação política nas esferas de poder.

Outro movimento que tem atingido amplos espaços de propagação das mídias é o movimento “Escola sem Partido”. Este não é um movimento novo e surgiu em 2004 pelo advogado Miguel Nagib que a partir de uma suposta experiência em relação a um professor de História de sua filha – que teria comparado Che Guevara a São Francisco – resolveu criar um movimento que cerceasse a liberdade de ensino dos professores. Segundo o site do movimento o objetivo do programa é “inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos”<sup>9</sup>. O então deputado estadual Flávio Bolsonaro pediu para que Nagib prescrevesse um projeto de lei e em 13 de maio de 2014 o projeto foi protocolado<sup>10</sup>. Conseqüentemente as ideias do movimento foram se espalhando e hoje tramitam diversos projetos nas várias esferas do poder legislativo: federal, estadual e municipal. Entre estes projetos, citamos o PL 7180/2014<sup>11</sup>, o PL 7181/2014<sup>12</sup> e da PL 867/2015<sup>13</sup> que buscam implementar o anteprojeto de lei previsto no site do movimento “Escola sem Partido” e atacam diretamente a discussão de gênero nas escolas, mudando radicalmente pontos previstos na LDB. Ainda que tais projetos tenham saído de pauta após a legislatura (2015 – 2018) e, portanto, não se encontram mais disponíveis no site da

---

<sup>9</sup> Disponível em: << <https://www.programaescolasepartido.org/faq>>> Acesso em 18 de março de 2020.

<sup>10</sup> Disponível em: <<<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-esta-por-tras-do-Escola-Sem-Partido-/4/36486>>>. Acesso em 05 de setembro de 2017.

<sup>11</sup> Disponível em: <<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>>>. Acesso em 06 de setembro de 2017

<sup>12</sup> Disponível em: <<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606723>>>. Acesso em 06 de setembro de 2017.

<sup>13</sup> Disponível em: <<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>> Acesso em 06 de setembro de 2017.

Câmara dos Deputados, outros projetos de lei relacionados ao Escola sem Partido emergiram em 2019.

São inúmeros os projetos de lei protocolados em todo o Brasil, sejam nas câmaras municipais ou no poder legislativo estadual. Diversos movimentos conservadores atrelados a interesses de determinados partidos e mandatos atuaram para disseminar o Escola sem Partido em suas esferas de atuação legislativa ao longo dos últimos anos. Porém, dentro do Congresso Nacional, após as eleições, um novo quadro de parlamentares começou a atuar de forma a criminalizar e coibir a atuação docente através de novas estratégias. A mais proeminente no primeiro semestre de 2019 foi o Projeto de Lei 246/2019<sup>14</sup> de autoria da Deputada Bia Kicis (PSL-DF), cunhada do fundador do Movimento Escola sem Partido, Miguel Nagib. O projeto dispõe sobre a liberdade dos alunos em gravar as aulas de seus professores com o intuito de utilizarem da gravação para intimidar professores que estariam “doutrinando seus alunos”.

#### **4. Articulando diferentes referenciais na construção de uma teoria**

A relação entre o ensino de história e os meios digitais são complexas e diversos campos da educação e da história tem procurado compreender essa nova realidade, afinal, essa relação tem desafiado as formas tradicionais de ensino. Nesse sentido, entendendo o presente da web como já em processo de comunicação aberta, interativa e planetária, observa-se que tentar compreender estes fenômenos no campo educacional é um desafio importante de se empreender, pois as disputas no campo curricular da história estão tomando proporções cada vez mais significativas. Sabemos que o ensino de história sempre esteve em disputa. Porém, a internet tem potencializado o aparecimento de narrativas e orientações que tomam proporções sociais cada vez maiores por consumidores de conteúdo na internet. São questões que atingem diretamente a construção do conhecimento histórico escolar, pois elas perpassam por diversas dinâmicas de transformação curricular.

Para compor o nosso quadro teórico, antes é necessário dimensionar as perspectivas de se relacionar a história e o digital no contexto da cibercultura e discutir as formas públicas da história. Não seria possível pensarmos sobre este tema se não pensarmos o Ensino de História dentro de uma perspectiva de ensino para além dos espaços formais de ensino, isto é, da Escola

---

<sup>14</sup> Disponível em:

<<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2019)>> Acesso em 01 de julho de 2019.



e da Universidade. Quando se discute o Ensino de História, tradicionalmente duas frentes são levantadas: a Escola e a formação de professores. No entanto, para avançarmos na discussão do Ensino de História em Convergência, destacamos alguns teóricos para compreendermos a importância de suas contribuições e assim avançarmos nas discussões desta problemática.

Destacamos a importância do campo do Saber Escolar (MONTEIRO, 2001; 2007 e MONTEIRO & PENNA, 2011), da Didática da História (RÜSEN, 1994; 2010a; 2010b e BERGMANN, 1990) e da História Pública (PENNA & AQUINO, 2016), bem como da História Digital (GALLINI & NOIRET, 2011; NOIRET, 2015; DARNTON, 2010; GINZBURG, 2010). Todos estes teóricos da relação entre ensino de história e das relações, ainda que fragmentadas das três esferas de produção da história (Espaço Acadêmico, Espaço Escolar e Espaço Público), foram vetores da construção de diversas pesquisas do campo do ensino histórico. No entanto, elas não conseguem abarcar todo o fenômeno produzido pelo advento das mídias digitais e as disputas por narrativas históricas entre historiadores e não historiadores nos espaços digitais. Propomos, portanto, discutirmos as principais contribuições destes pesquisadores e propor uma teoria que relacione as diferentes esferas da produção do conhecimento com as mídias digitais, percebendo as particularidades do ensino de história em tempos de convergência das mídias.

#### 4.1 - O Saber Escolar

Tradicionalmente o ensino de história foi pensado em torno da formação dos Saberes de referência - o saber historiográfico - e a produção do Saber Escolar (MONTEIRO, 2003). Autores do campo da transposição didática como Chavellard (1991) irão discutir a passagem do Saber Acadêmico para o Saber Ensinado como um processo que o torna apto a ser ensinado na Educação Básica.

Segundo Monteiro (2003), para a compreendermos a produção do Saber Escolar, isto é, o desenvolvimento do conhecimento produzido em relação a disciplina História na Educação Básica, precisamos compreender que existem dois outros saberes que dinamizam a produção do Saber Escolar. O Saber Acadêmico (*savoir savant*), como saber de referência, se encontra como via privilegiada de referência, pois os professores têm como base a sua formação profissional nas universidades. Por outro lado, temos o Saber Ensinado (*savoir enseigné*) que é discutido na relação da transposição didática como o saber tornado possível de ser ensinado nas escolas.

Monteiro (2003), portanto, procura analisar as disputas pelo campo da formação de professores para a Educação Básica nos departamentos de Educação e de História, discutindo as relações entre o Saber Acadêmico e o Saber Escolar. Trata-se de uma disputa do campo acadêmico por metodologias de ensino de história e sobre o lugar da produção acadêmica e formativa no campo universitário.

Como alternativa para superar a dicotomia teoria/prática, defendem que as técnicas e metodologias devem ser ensinadas simultaneamente e nos próprios institutos. Mas, geralmente, com honrosas exceções, encontramos, nessas instituições, poucos profissionais com experiência e interesse pela docência na educação básica, situação decorrente da forma como os processos de seleção de docentes tem sido realizada, com base na perspectiva de fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica na área específica. É nas faculdades e departamentos de educação que têm sido contratados docentes com experiência em ensino e pesquisa em questões educacionais. (MONTEIRO, 2003: p. 29)

No entanto, avançando cronologicamente, o Ensino de História posteriormente passa a ser pensado por esta autora como “lugar de fronteira” (MONTEIRO & PENNA, 2011) a partir de negociações com teóricos do campo da Educação e da Teoria da história. Trata-se de um diálogo do Ensino como ação híbrida entre os dois campos do conhecimento.

Todas essas discussões são importantes na medida em que situamos os avanços destes autores em empreender novas formas de abordar a construção dos saberes do Ensino de História. Dessa forma, procuramos também utilizar destes autores para nos ajudar a problematizar o desenvolvimento de um outro saber que se condiciona para além dos espaços tradicionais - A Universidade e a Escola - deslocando novas atribuições do ensino para o Ciberespaço.

#### 4.2 – História Digital

Gallini & Noiret (2011) afirmam que com o surgimento da internet o historiador profissional encontrou não apenas um novo meio de divulgação de suas pesquisas, mas também novas formas e ferramentas de produção. Para os autores, as redes digitais alteraram os modos de produção historiográfica ocasionados principalmente pelo surgimento da *hipertextualidade*<sup>15</sup>, ferramenta que permite o acesso direto de um documento a outro por meio da web. Não é mais necessário que o historiador precise se deslocar para consultar livros, textos ou fontes em

---

<sup>15</sup> O hipertexto é um caminho de navegação que conecta informações a partir de associações, seja através de textos ou mesmo de imagens, vídeos e outras mídias disponíveis na web. O hipertexto pode ser construído em delineamento coletivo, como é utilizado pelos verbetes do Wikipédia

catálogos de bibliotecas pelo mundo. Acessar a mapas, vídeos, ficheiros de áudio e fotografias em formato digital tornou-se recurso comum a quem quer que possua conexão à internet. No entanto, esse acesso trouxe diversos questionamentos. Como o historiador deve tratar os documentos digitalizados? Existe uma especificidade no tratamento desses documentos?

Esses questionamentos proporcionaram a abertura de um campo de pesquisa chamado de “história digital” (*digital history*) que, como define Noiret, trata-se de um campo de pesquisa que leva em consideração “diferentes fontes e as diversas tramas narrativas da web” (NOIRET, 2015: p. 32). Vemos um processo de transição total ou parcial do ofício do historiador para o meio digital.

“Quase todas as problemáticas tradicionais do ofício de historiador, da delimitação de uma hipótese de pesquisa à descoberta, ao acesso e à gestão dos documentos e das fontes, até conseguir os fundamentos narrativos e, sobretudo, até a comunicação da história e dos resultados de pesquisa, e, finalmente, o ensino da história, passam agora em parte ou no todo, pela tela do computador. Essas práticas se aninham no interior da rede.” (NOIRET, 2015: p. 32-33)

Para além das problemáticas do campo historiográfico, o historiador digital vê-se diante de questões específicas do meio digital. Com o surgimento acelerado de novas tecnologias de informação e comunicação e com o advento da web 2.0, o meio digital tem sido palco de produção das mais diversas narrativas históricas. Trata-se de um processo de popularização de acesso aos espaços digitais de forma que qualquer pessoa seja capaz de entrar na rede e acessar o conteúdo disponível. No entanto, como afirma Noiret, a ausência de historiadores que dominem os espaços digitais pode criar consequência críticas em relação aos discursos produzidos sobre o passado, ocasionando um distanciamento teórico e metodológico de se fazer história (NOIRET, 2015).

Nesse mesmo sentido, o historiador Carlo Ginzburg (2010) em conferência sobre a “História na era Google”<sup>16</sup>, definiu a internet com espaço fragmentado de conhecimento e o Google como uma ferramenta poderosa de pesquisa histórica. Essa contradição é evidente ao pensarmos na teia de informações disponíveis na rede. De fato, disponibilidade não quer dizer qualidade; vivemos numa era em que as informações dispersas na rede podem ser utilizadas de maneiras diversas e imprevisíveis, sem ao menos possuir um caráter crítico. Assim também acontece com a história. É nesse sentido que o historiador italiano caracteriza o Google como ferramenta sem vida, com grande potencial para a pesquisa histórica, mas também possível de negá-la. Nas palavras do próprio historiador:

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=wSSHnqAbd7E>>> . Acesso em 18 de março de 2020.

“O Google é, ao mesmo tempo, um poderoso instrumento de pesquisa histórica e um poderoso instrumento de cancelamento da história. Porque, no presente eletrônico, o passado se dissolve. Essa contradição já está modificando o mundo em que vivemos e em que as gerações futuras viverão. Os conceitos de presente e futuro se tornam mais frágeis. E de passado também. Ao menos, o passado como os historiadores o viam.” (GINZBURG, 2010)

Essa mudança de sentido no tempo analisada por Ginzburg nos apresenta problemas epistemológicos claros da história na era digital. Darnton ao problematizar a questão do acesso e de como a informação se condensa nos espaços digitais, irá observar que a informação nunca foi algo estável e, com a aceleração das mudanças tecnológicas, “a informação se tornou algo fora de controle” (DARNTON, 2010: p. 47). Das mudanças mais claras observadas pelo historiador é que as fontes históricas deixaram de ser “objetos” prontos, no sentido de sua produção no tempo, para se tornarem mutáveis.

Documentos, textos jornalísticos ou mesmo materiais multimídia, como vídeos e áudios, podem ser retirados da web, apagados ou mesmo alterados de acordo com a vontade do usuário que o criou. Essa problemática aponta para o sentido de preservação das fontes históricas, principal questão levantada por Darnton (2010) ao discutir o desenvolvimento da plataforma Google Books Search, ferramenta online que tem como objetivo catalogar e disponibilizar livros online em forma de uma biblioteca digital, anexando obras das mais diversas universidades do mundo. A principal questão levantada pelo autor é se o Google (ou qualquer meio digital) conseguiria preservar documentos digitais. Darnton atribui importância ao sentido de se digitalizar fontes – entenda-se o livro como uma fonte –, divulgando através das tecnologias de informação e comunicação, elogiando o sentido de distribuição e mecanismos de busca que a internet proporciona. Por outro lado, o autor defende a preservação dos depositórios tradicionais da informação, isto é, as bibliotecas e os arquivos, afirmando que as tecnologias se apresentam rapidamente como obsoletas e passíveis de perda, principalmente por erros tecnológicos.

“Bits se degradam com o passar do tempo. Documentos podem se perder no ciberespaço por conta da obsolescência da mídia em que estão registradas. Hardware e software vêm se tornando indistintos a um ritmo preocupante. A menos que o problema enervante da preservação digital seja resolvido, todos os textos que “nasceram digitais” pertencem a uma espécie em risco de extinção.” (DARNTON, 2010: p. 56)

Todo esse embate nos leva a estabelecer que ainda existem dificuldades dos historiadores em lidar com a ampla gama de tecnologias digitais presentes na internet e que, por sua vez, ao estabelecer problemáticas sobre esses objetos digitais, encontram-se impasses metodológicos e teóricos. Sendo assim, alguns autores têm discutido a relação entre a História e

o digital, relacionando discussões e problemas de outras áreas do conhecimento como a comunicação, a filosofia, a informática, entre outras.

#### 4.3 - A Didática da história e a História Pública

Na perspectiva do Ensino de história, historiadores como os alemães Rüsen (1994; 2010a; 2010b) e Bergmann (1990) tem se destacado ao trabalharem com o conceito de *Geschichtsdidaktik* (Didática da história). Segundo os autores este conceito não se refere a um meio facilitador do aprendizado histórico, nem um meio exclusivo de formação histórica a partir da escola; antes, a didática da história deve se preocupar também com outros meios que produzem narrativas históricas, assim como as mídias presentes no Ciberespaço. A *Geschichtsdidaktik*, para além de uma perspectiva escolar, deve estar inserida dentro do campo da História, respondendo aos diferentes modos com que se constrói a consciência histórica dos indivíduos. O conceito de consciência histórica, por sua vez, nos é importante na medida que evoca um sentido de Didática da História que corresponde a história vivida e experimentada todos os dias, assim como a história enquanto disciplina e ciência (BERGMANN, 1990).

Segundo Jörn Rüsen (1993), a consciência histórica não é restrita a grupos privilegiados como historiadores e cientistas sociais. A consciência histórica faz parte do pensamento humano e é inerente ao estar no mundo, pois é composta por referenciais do grupo em que se está inserido, o que lhe atribui sentidos a interpretação do mundo a sua volta. A didática da história, portanto, seria a disciplina que investiga a consciência histórica, especificamente o “aprendizado histórico”, uma das dimensões da consciência histórica que ocorre quando a história for apontada como fator de “orientação cultural na vida prática humana” que relacionam as três dimensões temporais, isto é, os “desafios do presente, experiências do passado e expectativas de futuro” (RUSEN, 2010: p. 43). A didática da histórica, nesta perspectiva, pretende observar as diferentes narrativas históricas produzidos entre os mais diversos meios. Trata-se de uma perspectiva que engloba também a esfera pública do conhecimento histórico.

Bergmann (1990) ainda define a Didática da História como uma disciplina investigativa que trata de perceber a maneira como a consciência histórica é formada nos indivíduos a partir das representações da história realizada pelos meios de comunicação, por exemplo.

“A Didática da História é a disciplina que investiga sistematicamente todas as formas da mediação intencional e da representação e/ou exposição de História, sobretudo do ensino de História. Com isso, com base nas soluções encontradas até agora para as suas tarefas, a didática se ocupa sobretudo com a fundamentação da disciplina da História no ensino, no contexto histórico e social, e com a educação e formação

intencionais nela contidas. Trata também, por outro lado, da exposição/representação da História feita pelos mass-media e meios de comunicação de massa, como, p. ex., filme, televisão, vídeo, rádio e imprensa” (BERGMANN, 1990: p. 31)

É nessa perspectiva de análise midiática que desejamos fazer nossa discussão sobre os usos das novas tecnologias de informação, pois além dos saberes históricos produzidos no contexto escolar, outros meios têm se apropriado e construído narrativas históricas a partir de diferentes processos de socialização e atendendo a diferentes interesses sociais. A didática da história deve corresponder cada vez mais aos imediatismos produzidos pelas novas mídias ao tomá-las como seu objeto de estudo.

Segundo Penna & Aquino a História Pública surge a partir da preocupação de retirar a história da torre de marfim em que ela se encontrava e onde circulava sua produção. A história, portanto, deveria se preocupar em alcançar o espaço público para “contribuir para elucidar questões socialmente vivas” (PENNA & AQUINO, 2016: p. 169). Nesse diálogo entre a Teoria da História e a Educação discutimos que um outro formato de Saber interfere na dinâmica do Ensino de História. A produção de conhecimento específico para os espaços públicos, particularmente para o ciberespaço tem se configurado em um diálogo direto com os dois campos discutidos.

O ciberespaço é para nós um espaço de convergência entre as esferas da Escola, da Universidade e do Público. Ainda que a *Geschichtsdidaktik* tem se preocupado sobre a formação da consciência histórica nos espaços midiáticos e não formais, percebemos que existe um agente que tem se colocado em diálogo nas três esferas de produção de saberes históricos – Escolar, Acadêmico e o Público. Este agente é o professor de história que vem ao longo dos anos se apropriando das novas mídias digitais em favor de expor para o grande público suas perspectivas sobre temas relacionados ao seu ofício. Portanto, utilizamos dessas discussões para problematizar a nossa teoria de uma história produzida em espaços de convergência.

## **5. O Ensino de História em Convergência**

Jenkins (2006) percebe uma mudança mais radical na Cibercultura na medida em que o desenvolvimento das mídias alcançou uma multiplicidade de plataformas. Para o autor, essa multiplicidade não condicionou o desaparecimento das mídias antigas, mas sim de um deslocamento dos processos de interação do consumidor e produtor midiático. Esse cruzamento será denominado por ele de *Cultura da Convergência*.

“Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginavam estar falando” (JENKINS, 2006: p. 29)

O surgimento do ciberespaço implicou em um novo lugar que, em caráter da grande expansão das tecnologias de comunicação e informação, potencializaram as disputas em torno do ensino de história, principalmente articulado através das comunidades virtuais como as redes sociais – o Facebook, o Instagram, o WhatsApp – assim como a proliferação de novas mídias como o Podcast, o YouTube, e os Blogs. Notamos que existe uma forte interação e conectividade entre as redes sociais e as mídias digitais hoje, naquilo que Jenkins (2006) chamou de “Cultura da Convergência” e “Cultura da Conexão” (2010) – a articulação transmídia em que mídias e tecnologias se convergem na produção de conteúdos narrados.

O ciberespaço sendo lugar de acesso a diferentes atores políticos torna-se, portanto, espaço de potencial protagonismo em relação da defesa de direitos sociais, de militância política e disputas em torno de narrativas históricas. O ciberespaço emerge como lugar em que a distribuição da informação e da comunicação se reconfigura, tornando-se potencialmente rápida e massiva. O compartilhamento de informação e de acesso a ferramentas de produção midiáticas tornaram possíveis que diversos sujeitos pudessem se manifestar publicamente.

Diante deste processo complexo de narrativas em disputa os espaços – o Escolar, o Acadêmico e o Público – se encontram em constante processo de mutua interferência e sofrendo transformações a partir do diálogo/disputa entre eles. Para nós, este papel de articulação se dá a partir do choque de diferentes interesses que se propagam e se articulam nestas diversas esferas de produção conhecimento. Estas três esferas de análise nos ajudam a compreender as interconexões que são realizadas entre elas ao ser relacionarem com o Ciberespaço. Queremos tratar ambos os espaços como esferas que se relacionam e estão em convergência. O ensino de história se constitui, em nosso entender, dentro de uma perspectiva de disputas e resistências entre os três espaços que, conectados, produzem novas formas de conhecimento e alteram a produção do conhecimento histórico escolar. O conceito de *Convergência* encontra, portanto, seu lugar em nossa análise pois, assim como JENKINS (2006), defendemos que a *Convergência* não é apenas um fenômeno midiático de mercado que une

diferentes funções dentro de um mesmo sistema, mas como uma medida que leva as pessoas a procurar “novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos” (JENKINS, 2006: p. 30)

Nessa mutua articulação outro espaço é preciso ser analisado: o espaço público digital. Articulado a dinâmica da sala de aula e do Ensino de História na Educação básica, tendo como referência os Saberes Acadêmicos – para o historiador a historiografia – a atuação social do professor de história nos espaços públicos está relacionada a sua atuação docente. Não existe, portanto, um mesmo profissional em diferentes áreas de atuação, mas sim diferentes esferas de atuação profissional.

O ciberespaço se insere neste processo como lugar de mediação entre as três esferas. O espaço Acadêmico, assim como o Público e a Escola já se utilizam do ciberespaço para produção do conhecimento. Qual então é a importância do ciberespaço para esta pesquisa? Entendemos o ciberespaço como lugar de interconexão e via de convergência, portanto, meio em que o professor de história pode agir na produção dos saberes nestas diferentes esferas. Trata-se também de um espaço de deslocamento docente, na medida em que os professores protagonizam resistências e disputas em um espaço público digital, fora do eixo tradicional escolar e acadêmico. O ciberespaço emerge como lugar de produção de saberes em conexão, potencialmente interligados às diferentes esferas do conhecimento histórico, como o currículo. Entendemos que esse processo se configura na Cultura da Convergência (JENKINS, 2006), na qual diferentes narrativas são produzidas em diversas mídias de forma a articularem e produzirem um sentido mais amplo. Dessa forma, uma mídia como o YouTube pode ser utilizada como vetor comunicativo de um tema histórico, assim como um texto em um blog, um filme e mesmo um jogo de vídeo game.

Percebemos que essas disputas no campo curricular têm atingido diretamente a prática docente, seja no espaço escolar, acadêmico e mesmo no público. Em tempos de Escola sem Partido, de denúncias na Escola, de cerceamento da atividade docente, de imposição de reformas educacionais, muitos professores têm empreendido manifestações críticas nos espaços digitais. Portanto, para além do espaço escolar e acadêmico – constituídos historicamente como lugares privilegiados de produção de narrativas históricas, de lugar de enfrentamentos e militância pela educação – hoje os espaços digitais têm sido um lugar de disputas das diversas narrativas em torno do currículo escolar e de políticas públicas para a Educação.



O fortalecimento e a crescente adesão de políticos e pessoas as ideias do movimento “Escola sem partido” levou a mobilização de diversos professores e profissionais da educação. Uma dessas importantes frentes foi a criação da página do Facebook<sup>17</sup> e do site<sup>18</sup> “Professores contra o Escola sem Partido” pelo professor Fernando de Araujo Penna da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Movimento Educação Democrática<sup>19</sup>. Com objetivo de reunir “todos aqueles que estão se mobilizando contra o Programa Escola Sem Partido e em defesa da autonomia docente e de uma escola democrática”, o movimento procura debater ao mesmo tempo que promove uma investigação acerca de todos os que estão envolvidos no “Escola sem Partido”, problematizando posts na internet, participando de debates e divulgando notícias que se relacionam aos projetos que criminalizam a prática docente. O Facebook é o principal meio de discussão do movimento, fato que torna a atuação dos “Professores contra o Escola sem Partido” como um movimento de protagonismo na luta pelo ensino de História através do ciberespaço.

A blogosfera, espaço virtual dos blogs, também tem sido um importante instrumento de luta para professores de história. Sendo uma mídia com diversas ferramentas e possibilidades de inserção de arquivos – imagens, vídeos, arquivos de áudio e textos – os blogs proporcionam acesso as narrativas alternativas sobre notícias, análises da conjuntura política, textos historiográficos e divulgação de propostas de aula. O blog “Conversa de historiadoras”<sup>20</sup> foi criado em 2014 pelas professoras Hebe Mattos e Marta Abreu, como um espaço de debate e compartilhamento de reflexões dos “significados do passado escravista para o país e sobre o papel de nossa própria disciplina para a implantação de políticas públicas de combate ao racismo, nos campos educacional e cultura”<sup>21</sup>.

É importante perceber que todas são professoras universitárias que dialogam na perspectiva de uma história acessível a todos. Essa perspectiva de diálogo é importante pois demonstram a efetiva responsabilidade de um ensino de história que se revela diretamente para a o ciberespaço, lugar em que narrativas de “não historiadores” se posicionam em discutir temas relacionados a história. Observamos, portanto, uma aproximação do espaço acadêmico com o

---

<sup>17</sup> Disponível em: << <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/>>> Acesso em 18 de março de 2020.

<sup>18</sup> Disponível em: << <https://contraoescolasempartidoblog.wordpress.com/>>> Acesso em 18 de março de 2020.

<sup>19</sup> Disponível em: <<<https://pt-br.facebook.com/moveducaodemocratica/>>> Acesso em 18 de março de 2020.

<sup>20</sup> O blog é formado pelas historiadoras Hebe Mattos (UFF), Martha Abreu (UFF), Ana Flávia Magalhães Pinto (Unicamp), Giovana Xavier (UFRJ), Keila Grinberg (UNIRIO) e Mônica Lima (UFRJ).

<sup>21</sup> Disponível em: << <https://conversadehistoriadoras.com/>>> Acesso em 18 de março de 2020.

ciberespaço. Em um dos textos do blog intitulado “A República dos Cupins”<sup>22</sup> a historiadora Hebe Mattos critica o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e os primeiros dias de governo de Michel Temer. A professora busca denunciar práticas antidemocráticas realizadas pelo governo Temer ao mesmo tempo que “marca o início da resistência democrática”, uma posição de ampla defesa pela democracia e pela liberdade de expressão. Este exemplo, demonstra significativamente os usos das tecnologias para a produção de narrativas históricas que se vinculam a perspectivas da produção acadêmica ao cotidiano político brasileiro.

Outras iniciativas têm produzido diversas lutas através das mídias digitais. A Podosfera, espaço de produção e distribuição da mídia podcast, tem sido um importante canal de narrativas referentes ao Ensino de História. O podcast é uma mídia de áudio transmitida via tecnologia podcasting, método de transmissão de dados via feedRSS (Real Symple Syndication). Na podosfera brasileira, iniciativas como o “Sobre História Podcast” têm procurado discutir temas que se relacionam ao Ensino de História a partir da perspectiva da História Pública e do Presentismo, sendo todos os participantes professores de História que atuam na Educação Básica.

Programas como o “Baseado em que?”<sup>23</sup>, “Escolas são asas”<sup>24</sup> e “Tudo sob controle”<sup>25</sup> tem procurado discutir temáticas que atingem o chão da sala de aula, mas de forma acessível a todos os públicos, principalmente aqueles que não estão familiarizados com a história. Os programas também têm discutido sobre o papel do professor em relação ao ciberespaço e tem como um de seus objetivos ser “um podcast sobre história, desde o tema mais escabroso, até o mais simples. Tudo com muito humor. Feito por historiadores para todo mundo!”<sup>26</sup>.

Uma questão importante da cultura da *Convergência* que levamos em consideração é que ela não relaciona apenas conteúdos produzidos fora do espaço escolar. Essa relação não é da web para o espaço público, mas também do Espaço Escolar para o Espaço Público. A escola também se torna espaço de produção de conteúdo histórico para a própria web. Um exemplo é

---

<sup>22</sup> Disponível em: << <https://conversadehistoriadoras.com/2016/09/04/a-republica-dos-cupins/>>> Acesso em 18 de março de 2020.

<sup>23</sup> Disponível em: << <https://soundcloud.com/sobrehistoriapodcast/baseado-em-que>>> Acesso em 18 de março de 2020.

<sup>24</sup> Disponível em: << <https://soundcloud.com/sobrehistoriapodcast/sh-12-escolas-sao-asas>>> Acesso em 18 de março de 2020.

<sup>25</sup> Disponível em: << <https://soundcloud.com/sobrehistoriapodcast/sh-07-tudo-sob-controle>>> Acesso em 18 de março de 2020.

<sup>26</sup> Disponível em: << <https://soundcloud.com/sobrehistoriapodcast>>> Acesso em 18 de março de 2020.

o caso da paródia “Karl Marx é baile de favela”<sup>27</sup>, produzida pelos estudantes do Colégio Estadual Profª Maria Gai Grendel que viralizou na internet, gerando ataques diretos de blogs e sites da direita que questionaram a Escola e a professora de sociologia. O fato gerou grande revolta por parte dos adeptos da Escola sem partido. É interessante observarmos que este fato demonstra a quebra de paradigmas da relação entre Escola e as mídias digitais, dando acesso público de conteúdos produzidos na Escola por alunos e professores. Em menos de 24 horas o vídeo adquiriu mais de 360 mil visualizações.

Ao utilizarmos do conceito de Convergência de Jenkins (2006), em conjunto com os outros quatro conceitos discutidos neste artigo – Saber Escolar, a História Digital, a Didática da História e a História Pública – possibilitamos a compreensão de que as mídias convergem em vários sentidos histórico-narrativos nas três direções: a Academia, a Escola e o Público. Exemplos como o Sobre História Podcast, Professores Contra o Escola sem Partido e do blog Conversa de Historiadoras demonstram a capacidade de articulação e disputa de narrativas de professores de história, sejam da Educação Básica (Espaço Escolar) ou no Ensino Superior (Espaço Acadêmico) de construir narrativas históricas no Espaço Público Digital. Alunos da Educação Básica também se destacam na apresentação de conteúdos históricos.

Em meio à onda conservadora, como discutido na primeira parte do texto, movimentos e atores políticos também têm produzido narrativas históricas, ainda que sem rigor científico em muitos casos. No entanto, ainda que não obedeçam à epistemologia histórica, muitos conteúdos têm viralizado na web, convencendo milhares de seguidores e estabelecendo referenciais na produção de conteúdos históricos.

Trata-se de uma perspectiva que compreende o ensino de história como um espaço híbrido de disputas sobre o que se deve, como se deve e de que forma se deve ensinar. O ciberespaço surge como um meio potencializador, ao mesmo tempo que conector entre as três esferas, produzindo assim disputas e resistências que deslocam o protagonismo dos historiadores e potencializa novos atores sobre o ensino de história.

## **6. Considerações finais**

Movimentos conservadores têm emergido e assumido um grande espaço no cenário cibernético, disputando diversas pautas do campo educacional. Os projetos de lei que se

---

<sup>27</sup> Disponível em: <<<https://www.facebook.com/SocialistaMorena/videos/1123076414419527/>>> . Acesso em 17 de março de 2020.

configuram ao movimento “Escola sem partido” são apenas alguns exemplos de atores que movimentam o campo de disputa curricular. A proliferação cada vez maior de páginas e perfis em redes sociais de cunho conservador e liberal tem impulsionado narrativas e discursos cada vez mais compartilhados nos meios de comunicação. As disputas docentes em meio à onda conservadora têm sido travadas a duras penas. Dessa forma, este artigo visa refletir sobre a atual conjuntura, seus embates e disputas, a fim de não apenas tornar visíveis as ações docentes de resistência, mas também de promover e discutir as novas apropriações e produções históricas por professores e pesquisadores para/pela educação histórica.

A relação entre a Educação e os meios digitais é complexa e diversos campos da educação e da história têm procurado compreender essa nova realidade, afinal, essa relação tem desafiado às formas tradicionais de ensino. Nossa contribuição visa estabelecer um novo paradigma para a compreensão do Ensino de história como processo mais amplo de disputas de narrativas e sentidos.

Nesse sentido, entendendo o presente da web como já em processo de comunicação aberta, interativa e planetária, observa-se que tentar compreender estes fenômenos no campo educacional é um desafio importante de se empreender, pois as disputas no campo curricular da história estão tomando proporções cada vez mais significativas. Sabemos que a Educação sempre esteve em disputa. Porém, a internet tem potencializado o aparecimento de discursos e orientações que tomam proporções sociais cada vez maiores por consumidores de conteúdo na internet. Essa disputa tem criado novos problemas na relação entre a história, seu ensino e o papel social de professores de história. São questões que atingem diretamente a construção do conhecimento histórico escolar, pois elas perpassam por diversas dinâmicas de transformação curricular, que hoje se manifestam diretamente nos espaços de poder da república brasileira.

Os movimentos conservadores em sua forte emergência em 2013 estabeleceram novos desafios para os historiadores. Não se trata apenas de disputas no campo da legitimidade do ensino de história, mas também da hegemonia de canais não tradicionais de ensino através do ciberespaço que potencializam a diversificação de conteúdo e seu alcance. Estas formas de encarar o ensino de história não são necessariamente novas, mas tem adquirido protagonismo ao estabelecer novas conexões da informação em rede e, dessa forma, problematizar a atuação dos historiadores como atores legítimos do ensino de história. Dessa forma, o ensino de

história, percebido por nós como em convergência, tem apresentado novos desafios para os historiadores do século XXI.

Nossa contribuição, ainda que limitada, visa principalmente proporcionar novas problemáticas e perguntas para os pesquisadores do Ensino de História, englobando uma análise da complexidade das disputas, embates e desafios para os historiadores do século XXI. Não é possível esgotar essa discussão neste artigo, mas pretendemos lançar algumas contribuições para a compreensão deste novo fenômeno do ensino de história. São tempos de ruptura na forma como construímos o conhecimento histórico e não é mais possível negar que as estruturas legítimas de produção do conhecimento – a Escola, a Academia e Espaço Público – precisam ser repensados.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, R. DE. *A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo*. Cadernos Pagu, n. 50, 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERGMANN, Klaus. *A história na reflexão didática*. Revista Brasileira de História, v. 9, n. 19, p. 29-42, 1989.
- BUCKINGHAM, David. *Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização*. Educação & Realidade, v. 35, n. 3, 2010
- CASTELLS, Emmanuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz & Terra, 2016.
- \_\_\_\_\_. *A era da intercomunicação*. Disponível em: <<<http://diplo.org.br/2006-08,a1379>>> Acesso em 10 de maio de 2016.
- CHEVALLARD, Y. *La Transposition Didactique*. Grenoble: La Pensée sauvage, 1991.
- DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia de Letras, 2010
- GALLINI, Stefania; NOIRET, Serge. *La historia digital en la era del Web 2.0. Introducciónaldossier Historia digital*. In: *Historia crítica*, n. 43, Bogotá, 2011, p. 16-37.
- GINZBURG, Carlo. *História na era Google*. In: *Fronteiras do Pensamento 2010*. Porto Alegre: 2010. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=wSSHnqAbd7E>>>. Acessado em 22 de maio de 2016.
- JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Cultura da Conexão*. São Paulo: Aleph, 2014.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LÉVY, Pierre & LEMOS, André. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus, 2010.

MELO, Demian. *A Direita ganha as ruas*: Elementos para um Estudo das Raízes ideológicas da direita brasileira. In: *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Mauad Editora Ltda, 2007.

\_\_\_\_\_. A história ensinada: algumas configurações do conhecimento escolar. *História&Ensino*, v9, 2003. *Revista do laboratório do Ensino de História da UEL*.

MONTEIRO, Ana Maria e PENNA, F. de A. Ensino de história: saberes em lugar de fronteira. *Revista Educação & Realidade*. Vol. 26, nº 1, jan/abr, 2002, pp; 191-211.

NOIRET, Serge. *História pública digital*. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015

PENNA, Fernando; AQUINO, Renata. As operações que tornam a história pública. In: MAUAD; RABELO; SANTHIAGO. *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado histórico. In: *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010a, pp. 41-49.

\_\_\_\_\_. *¿Qué es la cultura histórica?* Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. 1994. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/ruesen.castellano.html>. Acesso em 20 de maio de 2016.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

\*\*\*

**Raone Cassin Maia Ferreira:** Possui graduação em História pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase, Mestrado em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atualmente é doutorando em Educação pela PUC-RJ. Tem experiência de pesquisa na área de História e Educação, com ênfase em História Pública, Tecnologias de Informação e Comunicação e História Digital.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** Março de 2020.

**Artigo aprovado para publicação em:** Abril de 2020.

\*\*\*

**Como citar:**

FERREIRA, Raone Cassin Maia. O ensino de história em convergência: disputas e resistências em tempos de ciberespaço e movimentos conservadores. *Revista Transversos*. “Dossiê: **Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática**”. Rio de Janeiro, nº. 18, 2020. pp. 129-150. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.49436.

